

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Caroline Schlatter

SUBSIDIARIEDADE DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA ENQUANTO FONTE
OBRIGACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: questões
controvertidas

PORTO ALEGRE

2022

Caroline Schlatter

SUBSIDIARIEDADE DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA ENQUANTO FONTE
OBRIGACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: questões
controvertidas

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Direito da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Luis Renato Ferreira da
Silva.

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Schlatter, Caroline

Subsidiariedade do enriquecimento sem causa enquanto fonte obrigacional no direito brasileiro contemporâneo: questões controvertidas / Caroline Schlatter. -- 2022.

324 f.

Orientador: Luis Renato Ferreira da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Enriquecimento sem causa. 2. Subsidiariedade. 3. Direito restitutivo. 4. Lucro da intervenção. I. Ferreira da Silva, Luis Renato, orient. II. Título.

Caroline Schlatter

SUBSIDIARIEDADE DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA ENQUANTO FONTE
OBRIGACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: questões
controvertidas

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestra em Direito.

Aprovada com conceito A em 16 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Renato Ferreira da Silva
Orientador

Profa. Dra. Tula Wesendonck

Prof. Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem

Prof. Dr. Giovanni Ettore Nanni

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Gilberto e Rosane, por não só oportunizarem, mas também incentivarem o estudo e a busca pelo conhecimento. Agradeço ao meu amigo Rafael, pelo apoio ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta dissertação e pela ajuda na busca de livros, e aos meus demais amigos, por sempre acreditarem em mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Renato Ferreira da Silva, não só pelas críticas e sugestões referentes ao presente trabalho, mas também por ser sempre um modelo de professor, cuja habilidade em compartilhar conhecimento serve de exemplo a ser seguido para todos aqueles que tiveram a oportunidade de ser seus alunos.

Agradeço, ainda, aos integrantes da banca, Profa. Dra. Tula Wesendonck, Prof. Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem e Prof. Dr. Giovanni Ettore Nanni, pelas valiosas contribuições para este trabalho.

Por fim, agradeço a todos os demais professores, colegas e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que contribuíram para a minha formação acadêmica e para a elaboração desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A presente dissertação busca traçar as fronteiras do enriquecimento sem causa a partir de sua subsidiariedade e, assim, delinear os limites entre essa fonte obrigacional e as demais e resolver eventuais conflitos que surjam nesses pontos de contato. O método adotado é o hipotético-dedutivo. A pesquisa se classifica, quanto à abordagem do problema, como pesquisa qualitativa; quanto à sua natureza, como pesquisa básica; quanto aos objetivos, como pesquisa exploratória. Na primeira parte, após breve explanação acerca da natureza dupla do enriquecimento sem causa e da posição dele em sua acepção de fonte obrigacional no âmbito das demais, é apresentada uma análise de aspectos da configuração e da quantificação da obrigação restitutória fundada no art. 884 que repercutem na possibilidade de sua aplicação colidir com a de outros institutos. Na segunda parte, são enfrentadas as situações em que o enriquecimento sem causa é afastado por haver (ou ter havido) outro meio pelo qual o empobrecido pode buscar o desfazimento do enriquecimento; delinea-se, assim, com base em doutrina e em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, os pontos de possível conflito entre o enriquecimento sem causa e obrigações fundadas na responsabilidade civil, no negócio jurídico, e em outros institutos do direito restitutivo que não o próprio enriquecimento sem causa.

Palavras-chave: enriquecimento sem causa, subsidiariedade, direito restitutivo, lucro da intervenção.

ABSTRACT

This dissertation seeks to ascertain the boundaries of unjust enrichment arising from its subsidiarity and, thus, delineate the limits between this source of obligations and the others and resolve possible conflicts that arise in these points of contact. The method employed is the hypothetico-deductive method. The research is classified, as to the approach to the problem, as qualitative research; as to its nature, as basic research; as to its objectives, as exploratory research. In the first part, after a brief explanation of the dual nature of unjust enrichment and its position as a source of obligations among the other sources, aspects of the configuration and quantification of the restitutory obligation arising from art. 884 which affect the possibility of its application colliding with that of other institutes are analyzed. In the second part, the situations in which unjust enrichment is ruled out because there is (or there was) another means by which the impoverished may seek the undoing of the enrichment, as well as those in which it is ruled out because there is a legal obstacle to restitution, are addressed. Thus, based on doctrine and on decisions of the Superior Court of Justice, the points of possible conflict between unjust enrichment and obligations arising from torts, contract, and other restitutionary remedies besides unjust enrichment itself.

Keywords: unjust enrichment, subsidiarity, law of restitution, encroachment profits

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEITOS BÁSICOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA ENQUANTO FONTE OBRIGACIONAL....	17
2.1 Natureza dúplice do enriquecimento sem causa.....	17
2.2 O enriquecimento sem causa e as demais fontes de obrigações.....	22
2.3 O enriquecimento sem causa enquanto fonte obrigacional.....	33
2.3.1 <i>Fundamento do instituto do enriquecimento sem causa</i>	35
2.3.2 <i>Modos de conceber o fato gerador do enriquecimento sem causa</i>	38
2.3.2.1 <i>Teorias unitárias: teoria do deslocamento patrimonial e teoria da ilicitude.....</i>	38
2.3.2.2 <i>Doutrina da divisão</i>	39
2.3.3 <i>Considerações sobre a configuração da obrigação restitutória fundada no enriquecimento sem causa</i>	41
2.3.3.1 <i>Requisito de que tenha havido um enriquecimento</i>	42
2.3.3.2 <i>Requisito de que o enriquecimento tenha sido à custa de outrem.....</i>	45
2.3.3.3 <i>Requisito de que não haja causa para o enriquecimento.....</i>	48
2.3.3.3.1 <i>Dispositivo legal enquanto causa para o enriquecimento</i>	49
2.3.3.3.2 <i>Decisão judicial enquanto causa para o enriquecimento</i>	51
2.3.3.3.3 <i>Negócio jurídico enquanto justa causa para o enriquecimento</i>	53
2.3.3.3.4 <i>Propostas doutrinárias de releitura do conceito de justa causa.....</i>	54
2.3.3.4 <i>A subsidiariedade da restituição fundada no enriquecimento sem causa</i>	56
2.3.3.4.1 <i>A subsidiariedade como regra de concurso de normas.....</i>	58
2.3.3.4.2 <i>O art. 886 do Código Civil de 2002.....</i>	61
2.3.3.4.2.2 <i>A subsidiariedade é necessária?</i>	63
2.3.3.4.3 <i>Os diversos modos de conceber a subsidiariedade</i>	72
2.3.4 <i>Considerações sobre a quantificação da obrigação restitutória fundada no enriquecimento sem causa</i>	85
2.3.4.1 <i>Os parâmetros do enriquecimento patrimonial e do enriquecimento real</i>	85
2.3.4.2 <i>Métodos de quantificação da obrigação restitutória fundada no enriquecimento sem causa.....</i>	90
2.3.4.2.1 <i>Tese do duplo limite.....</i>	90
2.3.4.2.2 <i>Outras soluções propostas em doutrina</i>	95
2.3.4.3 <i>Momento de referência para a quantificação do enriquecimento</i>	100
2.3.4.4 <i>O reflexo do esvaimento do enriquecimento sobre o valor da restituição</i>	101
2.3.4.5 <i>Particularidades da quantificação da restituição no enriquecimento por intervenção</i>	106

3 COMO A SUBSIDIARIEDADE AFETA A APLICABILIDADE DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	125
3.1 A existência de outro meio exercível para desfazer o enriquecimento: o confronto entre o enriquecimento sem causa e outras fontes geradoras de obrigações	125
3.1.1 <i>Confronto entre responsabilidade civil e enriquecimento sem causa</i>	126
3.1.1.1 Diferenças e semelhanças entre responsabilidade civil e enriquecimento sem causa	128
3.1.1.2 O problema do lucro da intervenção	132
3.1.1.2.1 Exemplos de posições jurídicas protegidas contra intervenção	136
3.1.1.2.2 Por que não pode o lucro da intervenção ser integralmente atingido pela responsabilidade civil?	142
3.1.1.2.3 Intervenção em que o enriquecimento real é maior que o patrimonial	151
3.1.1.2.4 Intervenção em que o enriquecimento patrimonial é maior que o real	156
3.1.1.2.4.1 Intervenção em que o enriquecimento restituível é maior que dano indenizável	156
3.1.1.2.4.2 Intervenção em que há enriquecimento restituível e não há dano indenizável	162
3.1.1.2.4.3 Intervenção em que há enriquecimento restituível e dano indenizável com suportes fáticos distintos	163
3.1.2 <i>Confronto entre negócio jurídico e enriquecimento sem causa</i>	166
3.1.2.1 “Restituição” determinada por negócio jurídico	167
3.1.2.2 Enriquecimento ocasionado pelo cumprimento do negócio jurídico	168
3.1.2.3 Enriquecimento forçado	173
3.1.2.3.1 Caso das taxas de associações de moradores	177
3.1.3 <i>Confronto entre outras obrigações restitutórias e enriquecimento sem causa</i>	184
3.1.3.1 O enriquecimento via despesas efetuadas por outrem e o regime das benfeitorias	190
3.1.3.2 O enriquecimento sem causa e a gestão de negócios	194
3.1.3.3 O enriquecimento sem causa por prestação e o pagamento indevido	198
3.1.3.3.1 A Cobrança indevida do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor	205
3.1.3.3.2 Relação entre pagamento indevido e enriquecimento sem causa	207
3.1.3.3.2.1 Caso da cobrança indevida de serviços de telefonia, tarifas de água, esgoto e eletricidade	208
3.1.3.3.2.3 Caso do pagamento indevido de benefício previdenciário	211
3.1.3.3.2.4 Caso do enriquecimento sem causa referente a depósito judicial sacado indevidamente	213
3.1.3.3.2.5 Caso da restituição do que recebido com base em decisão provisória revogada	214
3.1.3.4 O enriquecimento sem causa e as obrigações restitutórias relacionadas à extinção do negócio jurídico	219

3.1.3.4.1 A restituição decorrente da invalidade do negócio jurídico	220
3.1.3.4.2 A restituição decorrente da resolução contratual	224
3.1.3.4.2.1 Restituição pelo uso do bem imóvel antes da resolução.....	227
3.1.3.4.2.2 Restituição pelo uso exclusivo do imóvel comum	237
3.1.3.4.2.3 Restituição pela permanência no imóvel após o término da locação	240
3.1.3.5 Prescrição das pretensões restitutorias.....	242
3.1.3.5.1 Caso da restituição dos valores pagos quando da resolução contratual.....	244
3.1.3.5.2 Caso da repetição do que foi pago com base em cláusula contratual inválida ...	246
3.1.3.5.2.1 Caso da comissão de corretagem: abusividade de cláusula em contrato de consumo	250
3.1.3.5.3 Casos de cobrança indevida	252
3.1.3.5.3.1 A prescrição da pretensão de repetir valores cobrados indevidamente a título de tarifas de água e esgoto	253
3.1.3.5.3.2 A prescrição da pretensão de repetir valores cobrados indevidamente a título de tarifa elétrica	254
3.1.3.5.3.3 A prescrição da pretensão de repetir valores cobrados indevidamente referentes a serviços de telefonia não contratados	255
3.1.3.5.4 Caso do depósito judicial sacado indevidamente	260
3.1.3.5.5 A relação entre o fundamento da restituição e o termo inicial do prazo prescricional	260
3.2 Situação em que o outro meio para desfazer o enriquecimento não é exercível por conta de obstáculo de direito	263
3.2.1 Ação de enriquecimento da Lei 7.357/85.....	268
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
BIBLIOGRAFIA.....	275

1 INTRODUÇÃO

A expressão “enriquecimento sem causa” tem um duplo sentido. Ela pode ser usada para indicar o princípio que veda o enriquecimento sem causa; pode, também, referir-se ao instituto do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações (KONDER, 2005, p. 369), o qual é o tema da presente dissertação. Este passou a ser regrado expressamente na legislação brasileira com o advento do Código Civil de 2002 (CC/02):

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

Art. 885. A restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.

Art. 886. Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

Conforme será exposto, essa fonte de obrigações é de aplicação subsidiária – o enriquecimento sem causa serve de embasamento jurídico para a restituição naquelas situações de fato nas quais não incide outra fonte de obrigações, não havendo caracterização, por exemplo, de responsabilidade civil ou de obrigação contratual, ou mesmo de outro instituto do direito restitutivo. A subsidiariedade torna complexa a identificação de casos de restituição fundada no enriquecimento sem causa, uma vez que torna necessária a aferição não apenas dos pressupostos para configuração de uma obrigação com base no art. 884, mas também a análise do caso a partir de outros institutos jurídicos eventualmente aplicáveis.

É de grande importância que a aplicação, pelo Poder Judiciário, do instituto em tela se dê de modo coerente com a construção doutrinária sobre a temática, especialmente pelo motivo de que as consequências jurídicas serão diferentes conforme qual instituto jurídico seja usado – a incidência do enriquecimento sem causa implica apenas um dever de restituição dos valores indevidamente recebidos, uma vez que o enriquecido pode não ter cometido qualquer ato ilícito, de modo que a aplicação desse instituto acarreta consequências menos gravosas, em comparação com outros (como, por exemplo, a responsabilidade civil)¹.

Há de se considerar, ainda, que, conforme qual instituto jurídico o julgador considere aplicável a um determinado caso concreto, pode ser diverso o prazo de prescrição atinente à

¹ Isso no sentido de que, por mais alto que seja o valor da restituição, ela não representará verdadeiramente uma perda para o beneficiado, por se limitar à remoção do benefício a que ele não faz jus. Uma obrigação indenizatória, por outro lado, pode deixar o sujeito responsável em situação de prejuízo, dado que a medida é o dano sofrido pela vítima.

pretensão exercida pela pessoa prejudicada. O emprego caótico do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações acarreta problemática insegurança jurídica, além de quebras na isonomia, no sentido de que casos semelhantes podem ser decididos de modo diverso porque, enquanto um magistrado aplicou o enriquecimento sem causa, outro julgador empregou instituto distinto, mais adequado ao caso concreto, que se submete a prazo prescricional diverso, ou cujas consequências são mais gravosas.

Dadas essas considerações, resta claro que o estudo dos limites dos institutos com os quais ele poderia em tese se sobrepor assume elevada importância. Diante disso, a presente dissertação procura traçar as fronteiras do enriquecimento sem causa a partir de sua subsidiariedade, delineando os limites entre essa fonte obrigacional e as demais e resolvendo eventuais conflitos que surjam nesses pontos de contato. Busca-se, assim, resposta para a seguinte pergunta: como deve ser entendida a subsidiariedade do enriquecimento sem causa? Em outras palavras, onde estão as fronteiras entre o enriquecimento sem causa enquanto fonte obrigacional e outros institutos jurídicos?

Haja vista as considerações apresentadas, a dissertação tem como objetivos:

- a) realizar uma análise teórica do enriquecimento sem causa, caracterizando os pressupostos e as consequências de sua aplicação, e distinguindo-o de outras fontes de obrigação;
- b) selecionar acórdãos julgados pelo STJ sob a égide do CC/02 nos quais há aplicação do instituto do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações, ou fundamentação expressa acerca de sua inaplicabilidade, e agrupá-los conforme tratem de casos semelhantes;
- c) analisar se o enriquecimento sem causa foi adequadamente aplicado, ante o seu caráter subsidiário;
- d) se inadequada a aplicação, verificar qual seria o instituto jurídico aplicável ao caso.

A construção da parte teórica da dissertação se funda majoritariamente – mas não exclusivamente – em autores pátrios que tenham escrito já sob a égide do Código Civil de 2002, uma vez que antes disso o enriquecimento sem causa não encontrava previsão expressa na legislação brasileira, conquanto diversos doutrinadores defendessem a existência do instituto, inclusive como fonte de obrigações.

No que tange aos grupos de casos analisados, foi realizada uma pesquisa documental, sendo buscados acórdãos do STJ nos quais há aplicação do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações, ou fundamentação expressa acerca de sua inaplicabilidade. Os acórdãos

foram selecionados a partir dos resultados obtidos através de buscas com a ferramenta de pesquisa de jurisprudência disponibilizada no *site* do STJ². A lista inicial de resultados foi elaborada com base em quatro buscas separadas.

Na primeira, foram buscados acórdãos com julgamento a partir de 10/01/2003³, sendo o campo “Pesquisa Livre” preenchido com “"locupletamento sem causa" ou "locupletamento ilícito" ou "locupletamento sem justa causa" ou "locupletamento indevido" ou "locupletamento injusto" ou "locupletamento injustificado" ou "locupletamento à custa alheia" ou "locupletamento indébito" ou "locupletamento ilegítimo" ou "enriquecimento sem causa" ou "enriquecimento ilícito" ou "enriquecimento sem justa causa" ou "enriquecimento indevido" ou "enriquecimento injusto" ou "enriquecimento injustificado" ou "enriquecimento à custa alheia" ou "enriquecimento indébito" ou "enriquecimento ilegítimo"”, de modo a abarcar as denominações mais corriqueiras do instituto em tela. Nas demais buscas foi utilizado somente o campo “Legislação”, sendo usados como critérios os arts. 884, 885 e 886 do CC/02.

A partir dessas buscas, foi feita uma lista inicial de 1334 acórdãos, não tendo sido incluídos aqueles cujas ementas, somadas aos demais dados do processo que aparecem na página de resultados da ferramenta de busca do STJ, permitem desde já aferir-se que o caso não envolve discussão acerca do enriquecimento sem causa enquanto fonte obrigacional⁴.

Isso porque o presente trabalho não objetiva analisar o uso, pelo STJ, do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, mas sim a aplicação do instituto do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações. Por isso, não foram inclusas na lista decisões que invocam o referido princípio para limitar valor de indenização por dano moral ou material, de multa, de indenização por desapropriação, de astreintes, de honorários de sucumbência, entre outros.

Também não foram as decisões que não contêm um posicionamento do STJ no que tange ao enriquecimento sem causa – foram excluídos os acórdãos em que a questão da incidência dos artigos que o regram não seja enfrentada por falta de prequestionamento, bem como aqueles nos quais não tenham os ministros decidido quanto a se há ou não enriquecimento sem causa no caso concreto por não ser possível a alteração das conclusões alcançadas pelo tribunal de origem ante o óbice da Súmula 7/STJ (foram incluídos, porém, os acórdãos em que haja manifestação conclusiva dos ministros no sentido de que determinada hipótese consubstancia enriquecimento sem causa, ainda que o STJ não tenha podido enfrentar a questão

² Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>.

³ A data foi escolhida de modo a incluir apenas acórdãos julgados quando já vigente o CC/02.

⁴ Alguns desses acórdãos (ou manifestações dos ministros constantes deles), embora não incluídos nos itens dedicados à análise dos grupos de casos identificados na pesquisa, foram apontados como exemplos ilustrativos em pontos mais teóricos do trabalho.

da caracterização efetiva da referida hipótese no caso concreto); foram excluídos, ainda, os acórdãos atinentes ao pagamento indevido nos quais não há discussão acerca da relação entre esse instituto e o enriquecimento sem causa, bem como aqueles em que se trata do enriquecimento ilícito sobre o qual versa o art. 9º da lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

Também não são objeto do trabalho acórdãos nos quais haja aplicação clara de artigo específico de lei (que não seja, é claro, um dos artigos que regra o enriquecimento sem causa) que embase a decisão, nem acórdãos em que a temática decidida diga respeito ao Direito Tributário. Foram excluídas, por fim, decisões acerca da rejeição de embargos de declaração.

Os acórdãos selecionados para essa lista inicial foram, então, analisados e classificados em grupos de casos⁵. Destes, são examinados de forma aprofundada na segunda parte do desenvolvimento da presente dissertação (item 3) apenas tópicos acerca dos quais há uma pluralidade de acórdãos que invocam o enriquecimento sem causa, ou acerca dos quais há poucas decisões mas nestas a discussão em torno do instituto jurídico em tela é extensa. Situações fáticas acerca das quais foi encontrado apenas um acórdão no qual não há maior fundamentação acerca do enriquecimento sem causa não foram incluídas, ante a possibilidade de que tal situação ou seja comumente resolvida sem referência ao enriquecimento sem causa, ou seja extremamente rara.

No que concerne à nomenclatura empregada na dissertação, adotou-se a denominação que consta no CC/02, porque a expressão “enriquecimento sem causa”, tendo sido a eleita pelo legislador brasileiro ao tipificar o instituto (que já era reconhecido pela doutrina e jurisprudência como presente no ordenamento jurídico pátrio), não ensejará no(a) leitor(a) qualquer dúvida em relação a qual é o instituto jurídico de que se trata⁶. A doutrina se refere ao instituto ora sob análise com diversas expressões, dentre as quais “enriquecimento ilícito”, utilizada, por exemplo, por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2011, p. 386), como sinônimo de “enriquecimento sem causa”.

Neste trabalho, a expressão “enriquecimento ilícito” não é adotada como sinônimo de “enriquecimento sem causa”, dado que remete à responsabilidade civil ou à improbidade administrativa⁷. Isso porque “enriquecimento ilícito” é a denominação atribuída ao

⁵ Durante esse processo, foram excluídos da lista aqueles acórdãos cuja íntegra permitiu aferir não haver discussão acerca do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações, conquanto isso não pudesse ter sido percebido apenas com base na ementa.

⁶ Maria Candida Do Amaral Kroetz (2005) adiciona o argumento de que essa expressão “já é consagrada nos países latinos (*enriquecimiento sin causa, enrichissement sans cause e arricchimento senza causa*)”.

⁷ Não é exemplo de enriquecimento sem causa “o enriquecimento ilícito que configura improbidade administrativa (art. 6º da Lei nº 8.429/92). Os casos de enriquecimento sem causa se situam em um âmbito de reprovabilidade perante os princípios do sistema, mas não de ilicitude *stricto sensu*. A ilicitude conduz, em regra, à responsabilidade, seja ela civil, administrativa ou penal” (KONDER, 2005, p. 379). Disso, infere-se que Konder,

enriquecimento acarretado pela prática dos atos de improbidade administrativa previstos pela Lei de Improbidade Administrativa (lei 8.429/92) em seu art. 9º⁸; também porque, no âmbito do Direito Civil, a qualificação do enriquecimento como sendo “ilícito” poderia levar o intérprete a (incorretamente) concluir que a pessoa beneficiada precisa ter cometido um ato ilícito, de que decorra seu enriquecimento, para que o prejudicado possa invocar o instituto do enriquecimento sem causa (NANNI, 2004, p. 100-105).

“Ilícito” é o ato contrário à lei, que não precisa estar presente para que se configure obrigação restitutória fundada no art. 884⁹ (MOREIRA, 2014, p. 24); é possível conceber um enriquecimento ilícito, no sentido de obtido a partir da prática de um ato ilícito, que caiba dentro da figura do enriquecimento sem causa, mas então estarão em jogo os limites entre essa figura e a responsabilidade civil (NORONHA, 2011, cap. 2.1, a), conforme tratado no item 3.1.1 desta dissertação.

Nanni (2004, p. 105) não é avesso ao uso de “locupletamento” em lugar de “enriquecimento”, nem ao emprego de “indébito”, “injustificado”, “à custa alheia”, “injusto”, “ilegítimo”, e “indevido” como sinônimos de “sem causa”. Embora, de um ponto de vista semântico, todos esses termos pareçam ser sinônimos adequados, haver na doutrina e na jurisprudência uma diversidade de expressões que indicam o mesmo instituto representa um fator que dificulta a pesquisa sobre a temática; além disso, várias dessas designações poderiam igualmente ser usadas com referência à responsabilidade civil. Desse modo, embora não se possa dizer que o seu uso estaria incorreto, e ele seja menos propício a causar confusão do que o emprego da expressão “enriquecimento ilícito”, optou-se, neste trabalho, por utilizar a denominação legal.

É através da *actio de in rem verso* que se opera a restituição do enriquecimento considerado sem causa¹⁰. Segundo Giovanni Ettore Nanni (2004, p. 216-218), essa

embora não o diga expressamente, se opõe ao emprego de “enriquecimento ilícito” no sentido de enriquecimento sem causa; de fato, em seu artigo o autor usa a expressão “enriquecimento ilícito” somente para se referir ao decorrente de improbidade administrativa nos termos do art. 9º da lei 8.429/92.

⁸ Lei 8.429/92, art. 9º, *caput*: “Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei [...]”. Moreira (2014, p. 22) considera que há uma aproximação entre enriquecimento ilícito e enriquecimento sem causa no sentido de que ambos são espécies “de enriquecimento sem causa enquanto princípio, não havendo relação de paridade entre as formas”.

⁹ Assim, o Min. Luis Felipe Salomão opta “por utilizar sempre a expressão enriquecimento sem causa, já que a questão tratada não se funda em ato ilícito, e sim na ausência de causa jurídica para o alegado enriquecimento”, conforme ressalta em seu voto vencido em Segunda Seção do STJ, REsp 1313784/SP, rel. Luis Felipe Salomão; rel. p/ acórdão: Marco Buzzi, Diário de Justiça Eletrônico (DJe) de 6 out. 2015.

¹⁰ O Min. Luis Felipe Salomão coloca que a *actio de in rem verso* é a ação “por intermédio da qual se refaz o equilíbrio patrimonial daquele que sofreu, por parte de outrem, ato voluntário ou não de locupletamento injusto ou sem causa”. Quarta Turma do STJ, REsp 1497769/RN, rel. Luis Felipe Salomão, DJe de 7 jun. 2016.

denominação da ação consubstancia a propagação de um equívoco e carece de exatidão. Contudo, o autor pontua que ela resta consagrada na doutrina, e emprega frequentemente a expressão “ação de *in rem verso*” ao longo de sua obra. Isso condiz com a observação de Alvim (2011), segundo o qual a designação “*actio de in rem verso*”, conquanto criticada por diversos civilistas, por não corresponder ao sentido que tinha no direito romano, não deixa de ser empregada por esses mesmos autores. É certo que quando se usa a expressão na atualidade não se quer remeter à ação do direito romano¹¹.

Feitas essas considerações de nomenclatura, passa-se ao desenvolvimento de conceitos básicos relativos ao enriquecimento sem causa (item 2), para, após, analisar as situações em que a subsidiariedade impede o surgimento de uma pretensão restitutória fundada no instituto em tela (item 3). São identificados, assim, os contornos do campo de aplicação do enriquecimento sem causa no Direito brasileiro atual.

¹¹ Conforme já percebiam Aubry e Rau (1873, p. 246), “*Cette action n'a de commun que le nom avec l'action de in rem verso du Droit romain*” (“essa ação não tem nada além do nome em comum com a ação de *in rem verso* do direito romano”, em tradução livre).

BIBLIOGRAFIA

I Jornada de Direito Civil. **Enunciado 35**. Art. 884: A expressão “se enriquecer à custa de outrem” do art. 886 do novo Código Civil não significa, necessariamente, que deverá haver empobrecimento. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/689>>. Acesso em: 22 set. 2021.

I Jornada de Direito Civil. **Enunciado 36**. Art. 886: O art. 886 do novo Código Civil não exclui o direito à restituição do que foi objeto de enriquecimento sem causa nos casos em que os meios alternativos conferidos ao lesado encontram obstáculos de fato. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

I Jornada de Direito Civil. **Enunciado 46**. A possibilidade de redução do montante da indenização em face do grau de culpa do agente, estabelecida no parágrafo único do art. 944 do novo Código Civil, deve ser interpretada restritivamente, por representar uma exceção ao princípio da reparação integral do dano[,] não se aplicando às hipóteses de responsabilidade objetiva. (Alterado pelo Enunciado 380 - IV Jornada). Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/739>>. Acesso em: 22 set. 2021.

III Jornada de Direito Civil. **Enunciado 188**. Art. 884: A existência de negócio jurídico válido e eficaz é, em regra, uma justa causa para o enriquecimento. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

VIII Jornada de Direito Civil. **Enunciado 35**. A obrigação de restituir o lucro da intervenção, entendido como a vantagem patrimonial auferida a partir da exploração não autorizada de bem ou direito alheio, fundamenta-se na vedação do enriquecimento sem causa. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1169>>. Acesso em: 22 set. 2020.

ALVIM, Agostinho. DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. **Revista dos Tribunais Online, Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**, v. 1, p. 911–953, 2011.

ARRUDA, João. ACÇÃO DE ENRIQUECIMENTO. **Revista dos Tribunais Online, Doutrinas Essenciais de Processo Civil**, v. 5, p. 1243, 2011.

AUBRY, Charles; Charles RAU. **Cours de droit civil français : d’après la méthode de Zachariae. Tome 4**. 4. ed. Paris: Marchal & Billard, 1871.

AUBRY, Charles; Charles RAU. **Cours de droit civil français : d’après la méthode de Zachariae. Tome 6**. 4. ed. Paris: Marchal & Billard, 1873.

AUBRY, Charles; Charles RAU. **Cours de droit civil français : d’après la méthode de Zachariae. Tome 9**. 5. ed. Paris: Marchal & Billard, 1917.

BORGES, Marcus Vinícius Motter; RODRIGUES; Luiza Silva. **A corretagem na incorporação imobiliária: limites e possibilidades à luz dos precedentes vinculantes**

definidos pelo superior tribunal de justiça em recurso especial repetitivo (temas 938 e 939). **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito Civil Contemporâneo**, v. 14, p. 179–206, 2018.

BRASIL. **Decreto 2.044, de 31 de dezembro de 1908**. Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL2044-1908.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto 20.910, de 06 de janeiro de 1932**. Regula a Prescrição Quinquenal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20910.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impressao.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei 7.357, de 2 de setembro de 1985**. Dispõe sobre o cheque e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7357.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 8.025, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8025.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.** Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.636, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19636.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999.** Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei complementar 109, de 29 de maio de 2001.** Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp109.htm>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Medida provisória 780, de 19 de maio de 2017.** Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv780.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 13.494, de 24 de outubro de 2017.** Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal; altera as Leis nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.213, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113494.htm>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). RESP 200267/RS. Relator(a): Sálvio de Figueiredo Teixeira. Julgado em: 3 out. 2000. **Diário de Justiça**, p. 300, 20 nov. 2000.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199900013930&dt_publicacao=20/11/2000>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 270730/RJ. Relator(a): Carlos Alberto Menezes Direito; relator(a) p/ acórdão: Nancy Andrichi. Julgado em: 19 dez. 2000.

Diário de Justiça, p. 139, 7 maio 2001. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000783994&dt_publicacao=07/05/2001>. Acesso em: 8 maio. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 439570/DF. Relator(a): Luiz Fux. Julgado em: 04 fev. 2003. **Diário de Justiça**, p. 238, 7 abr. 2003. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200650231&dt_publicacao=07/04/2003>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 416338/RJ. Relator(a): Ari Pargendler. Julgado em: 03 abr. 2003. **Diário de Justiça**, p. 296, 2 jun. 2003. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200196517&dt_publicacao=02/06/2003>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 490419/SP.

Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 10 jun. 2003. **Diário de Justiça**, p. 248, 30 jun. 2003. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200300076658&dt_publicacao=30/06/2003>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 328338/MG. Relator(a): Ruy Rosado de Aguiar. Julgado em: 15 abr. 2003. **Diário de Justiça**, p. 253, 30 jun. 2003.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100712773&dt_publicacao=30/06/2003>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 139359/SP. Relator(a): Barros Monteiro. Julgado em: 04 set. 2003. **Diário de Justiça**, p. 307, 24 nov. 2003. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700472108&dt_publicacao=24/11/2003>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 489057/PR. Relator(a): Carlos Alberto Menezes Direito. Julgado em: 18 set. 2003. **Diário de Justiça**, p. 302, 24 nov. 2003.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201568585&dt_publicacao=24/11/2003>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 571310/PR. Relator(a):

Humberto Gomes de Barros. Julgado em: 18 nov. 2003. **Diário de Justiça Eletrônico**, p. 228, 15 dez. 2003. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301559756&dt_publicacao=15/12/2003>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). AR 1438/PR. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 14 abr. 2004. **Diário de Justiça**, p. 58, 10 maio 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200001426982&dt_publicacao=10/05/2004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 590987/RJ. Relator(a): Luiz Fux. Julgado em: 11 mai. 2004. **Diário de Justiça**, p. 220, 31 maio 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301638206&dt_publicacao=31/05/2004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 612249/DF. Relator(a): Luiz Fux. Julgado em: 01 jun. 2004. **Diário de Justiça**, p. 208, 28 jun. 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200302139815&dt_publicacao=28/06/2004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 302215/RJ. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 20 mai. 2004. **Diário de Justiça**, p. 239, 23 ago. 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100102700&dt_publicacao=23/08/2004>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 616562/DF. Relator(a): Luiz Fux. Julgado em: 03 ago. 2004. **Diário de Justiça**, p. 223, 30 ago. 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200302291781&dt_publicacao=30/08/2004>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 590209/RS. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 28 out. 2004. **Diário de Justiça**, p. 297, 6 dez. 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301595300&dt_publicacao=06/12/2004>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 673118/RS. Relator(a): Jorge Scartezzini. Julgado em: 26 out. 2004. **Diário de Justiça**, p. 337, 6 dez. 2004. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400880662&dt_publicacao=06/12/2004>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 588653/RS. Relator(a): Carlos Alberto Menezes Direito. Julgado em: 28 out. 2004. **Diário de Justiça**, p. 174, 21 fev. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301580159&dt_publicacao=21/02/2005>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no Ag 581366/MG.

Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 08 mar. 2005. **Diário de Justiça**, p. 366, 21 mar. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400035881&dt_publicacao=21/03/2005>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 132094/RN. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 07 dez. 2004. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 mar. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=199700337863&dt_publicacao=21/03/2005>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 615300/MG. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 17 mar. 2005. **Diário de Justiça**, p. 415, 9 maio 2005.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200302171504&dt_publicacao=09/05/2005>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 609332/SC. Relator(a): Eliana Calmon. Julgado em: 09 ago. 2005. **Diário de Justiça**, p. 354, 5 set. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200302088008&dt_publicacao=05/09/2005>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no Ag 659166/MG. Relator(a): Cesar Asfor Rocha. **Diário de Justiça**, p. 342, 19 set. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500245420&dt_publicacao=19/09/2005>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg nos EDcl no Ag 671082/DF. Relator(a): Fernando Gonçalves. Julgado em: 27 set. 2005. **Diário de Justiça**, p. 305, 17 out. 2005. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500544381&dt_publicacao=17/10/2005>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). REsp 725118/RJ. Relator(a): Paulo Gallotti. Julgado em: 09 dez. 2005. **Diário de Justiça**, p. 477, 24 abr. 2006. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500246769&dt_publicacao=24/04/2006>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). EDcl no REsp 275912/SP. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 17 ago. 2006. **Diário de Justiça**, p. 293, 25 set. 2006.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200000896411&dt_publicacao=25/09/2006>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Seção). EREsp 612101/RN. Relator(a): Paulo Medina. Julgado em: 22 nov. 2006. **Diário de Justiça**, p. 198, 12 mar. 2007.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200501521428&dt_publicacao=12/03/2007>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Seção). MS 10740/DF. Relator(a): Hamilton Carvalhido. Julgado em: 09 ago. 2006. **Diário de Justiça**, p. 197, 12 mar. 2007. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500978218&dt_publicacao=12/03/2007>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg na MC 12302/DF. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 10 abr. 2007. **Diário de Justiça**, p. 329, 20 abr. 2007.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200602724450&dt_publicacao=20/04/2007>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 655130/RJ. Relator(a): Denise Arruda. Julgado em: 03 mai. 2007. **Diário de Justiça**, p. 287, 28 maio 2007. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400501007&dt_publicacao=28/05/2007>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). EDcl no AgRg no REsp

402925/MG. Relator(a): Humberto Gomes de Barros. Julgado em: 21 jun. 2007. **Diário de Justiça**, p. 454, 1 ago. 2007. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200200008774&dt_publicacao=01/08/2007>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). REsp 959209/MG. Relator(a):

Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 16 ago. 2007. **Diário de Justiça**, p. 219, 3 set.

2007. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701315149&dt_publicacao=03/09/2007>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 474388/SP. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 28 ago. 2007. **Diário de Justiça**, p. 286, 8 out. 2007.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200201310543&dt_publicacao=08/10/2007>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). RMS 18121/RS. Relator(a): Paulo

Medina. Julgado em: 13 dez. 2005. **Diário de Justiça**, p. 367, 8 out. 2007. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400510484&dt_publicacao=08/10/2007>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AgRg no REsp

982176/MG. Relator(a): Humberto Gomes de Barros. Julgado em: 12 fev. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 mar. 2008. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702036528&dt_publicacao=03/03/2008>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 712408/MG. Relator(a): Aldir

Passarinho Junior. Julgado em: 06 dez. 2007. **Diário de Justiça Eletrônico**, 24 mar. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200401810983&dt_publicacao=24/03/2008>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 969495/AC. Relator(a):

Nilson Naves. Julgado em: 21 fev. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 abr. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701683089&dt_publicacao=28/04/2008>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 688521/DF. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 08 abr. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 abr. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200401319190&dt_publicacao=28/04/2008>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). REsp 862638/RJ. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 01 abr. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 abr. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200601371891&dt_publicacao=28/04/2008>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). AgRg no REsp 1027259/AC. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 15 abr. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 maio 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800245016&dt_publicacao=12/05/2008>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 1005396/AC.

Relator(a): Nilson Naves. Julgado em: 06 mar. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 jun. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702649731&dt_publicacao=09/06/2008>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). REsp 1037038/AC. Relator(a):

Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 08 mai. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 jun. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800489968&dt_publicacao=30/06/2008>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 734315/RN.

Relator(a): Paulo Gallotti. Julgado em: 01 jul. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 ago. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200500444312&dt_publicacao=25/08/2008>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 1053868/RS.

Relator(a): Paulo Gallotti. Julgado em: 01 jul. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 ago. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800971906&dt_publicacao=25/08/2008>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1029130/DF. Relator(a):

Nancy Andrichi. Julgado em: 16 set. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 set. 2008.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800290844&dt_publicacao=26/09/2008>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 1055142/AC. Relator(a): Nilson Naves. Julgado em: 01 jul. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 out. 2008. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800972395&dt_publicacao=06/10/2008>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg nos EDcl no REsp 1037749/RS. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 16 set. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 out. 2008. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800516589&dt_publicacao=28/10/2008>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). EDcl no REsp 571988/RS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 07 out. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 out. 2008. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200301329055&dt_publicacao=28/10/2008>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). EDcl no REsp 1018114/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 11 nov. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 dez. 2008. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200703008881&dt_publicacao=01/12/2008>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 613387/MG. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 02 out. 2008. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 dez. 2008. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200302167227&dt_publicacao=10/12/2008>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). REsp 1097770/RS. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 02 abr. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 abr. 2009. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200802231410&dt_publicacao=30/04/2009>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). REsp 1106306/RS. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 16 abr. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 maio 2009. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200802600530&dt_publicacao=11/05/2009>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no Ag 1010279/MG. Relator(a): Fernando Gonçalves. Julgado em: 12 mai. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 maio 2009. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800225161&dt_publicacao=25/05/2009>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 331923/RJ. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 28 abr. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 maio 2009.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200100843983&dt_publicacao=25/05/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no Ag 1122362/DF. Relator(a): Sidnei Beneti. Julgado em: 26 mai. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 jun. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200802562180&dt_publicacao=05/06/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1021688/RJ. Relator(a): Massami Uyeda; relator(a) p/ acórdão: Sidnei Beneti. Julgado em: 23 jun. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jul. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800032440&dt_publicacao=01/07/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1082752/SP. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 16 jun. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 ago. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801834519&dt_publicacao=04/08/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 696712/DF. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 20 ago. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 31 ago. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200401363375&dt_publicacao=31/08/2009>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 887516/DF. Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 06 ago. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 set. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200602037410&dt_publicacao=08/09/2009>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1113403/RJ. Relator(a): Teori Albino Zavascki. Julgado em: 09 set. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 set. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200900156853&dt_publicacao=15/09/2009>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 914089/RJ. Relator(a): Haroldo Rodrigues. Julgado em: 29 set. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 out. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200700014920&dt_publicacao=19/10/2009>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 976740/RJ.

Relator(a): Vasco Della Giustina. Julgado em: 03 set. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 out. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701882780&dt_publicacao=29/10/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg nos EDcl no Ag 909924/MG. Relator(a): Fernando Gonçalves. Julgado em: 20 out. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 nov. 2009. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701517755&dt_publicacao=09/11/2009>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 982206/RN. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 10 nov. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 nov. 2009.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702050155&dt_publicacao=30/11/2009>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1127721/RS. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 03 dez. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 dez. 2009.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200901369145&dt_publicacao=18/12/2009>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1008792/RJ.

Relator(a): Aldir Passarinho Junior. Julgado em: 15 dez. 2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 fev. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702764718&dt_publicacao=08/02/2010>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 953907/MS. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 23 mar. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 abr. 2010.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701158923&dt_publicacao=09/04/2010>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no REsp 1168537/RJ.

Relator(a): Luiz Fux. Julgado em: 15 jun. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 jun. 2010.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200902338859&dt_publicacao=29/06/2010>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no Ag 1287397/RS. Relator(a): Haroldo Rodrigues. Julgado em: 18 mai. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 ago. 2010.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000484693&dt_publicacao=02/08/2010>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1191879/RJ.

Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 24 ago. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 set. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000805436&dt_publicacao=08/09/2010>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1078011/SC. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 02 ser. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 24 set. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801695491&dt_publicacao=24/09/2010>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1166561/RJ. Relator(a): Hamilton Carvalhido. Julgado em: 25 ago. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 out. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200902249984&dt_publicacao=05/10/2010>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 656457/DF. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 07 out. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 out. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400599158&dt_publicacao=14/10/2010>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 764529/RS. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 26 out. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 nov. 2010. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200501098246&dt_publicacao=09/11/2010>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 867132/RS. Relator(a): Sidnei Beneti. Julgado em: 07 dez. 2010. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200601340008&dt_publicacao=07/02/2011>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no REsp 1205626/AC. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 22 fev. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 mar. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001517081&dt_publicacao=04/03/2011>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1222139/MA. Relator(a): Massami Uyeda. Julgado em: 01 mar. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 mar. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001970438&dt_publicacao=15/03/2011>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no Ag 1348460/DF. Relator(a): Massami Uyeda. Julgado em: 05 abr. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 abr. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001710443&dt_publicacao=25/04/2011>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no Ag 1394518/RJ. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 24 mai. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jun. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100088581&dt_publicacao=01/06/2011>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no REsp 1212038/PE. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 02 jun. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 jun. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001618330&dt_publicacao=10/06/2011>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1255921/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 04 ago. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 ago. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101188166&dt_publicacao=15/08/2011>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1255160/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 18 ago. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 ago. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101187827&dt_publicacao=25/08/2011>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 21441/RJ. Relator(a): Benedito Gonçalves. Julgado em: 15 set. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 set. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101500916&dt_publicacao=20/09/2011>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). REsp 1060300/PR. Relator(a): Laurita Vaz; relator(a) p/ acórdão: Gilson Dipp. Julgado em: 02 ago. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 set. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801128003&dt_publicacao=20/09/2011>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 10311/MG. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 27 set. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 set. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101025399&dt_publicacao=30/09/2011>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 25069/RJ. Relator(a): Cesar Asfor Rocha. Julgado em: 20 out. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 out. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100875316&dt_publicacao=28/10/2011>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). EDcl no RMS 32706/SP. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 25 out. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 nov. 2011. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001441217&dt_publicacao=09/11/2011>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 53280/SP. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 06 dez. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 dez. 2011. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101502063&dt_publicacao=13/12/2011>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 47931/RS. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 02 fev. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 fev. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101539151&dt_publicacao=09/02/2012>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 43007/RJ. Relator(a): Cesar Asfor Rocha. Julgado em: 14 fev. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 fev. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102110456&dt_publicacao=29/02/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1057925/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 16 fev. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 mar. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801047609&dt_publicacao=01/03/2012>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). RHC 28853/RS. Relator(a): Nancy Andriighi; relator(a) p/ acórdão: Massami Uyeda. Julgado em: 01 dez. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001554708&dt_publicacao=12/03/2012>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no Ag 1244684/MS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 27 mar. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 abr. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200902076637&dt_publicacao=10/04/2012>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 60942/AP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 07 fev. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 abr. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101690640&dt_publicacao=13/04/2012>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 963073/DF. Relator(a): Sidnei Beneti; relator(a) p/ acórdão: Nancy Andriighi. Julgado em: 22 mar. 2011. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 abr. 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701444692&dt_publicacao=16/04/2012>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1273025/PE. Relator(a): Castro Meira. Julgado em: 10 abr. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 abr.

2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101977706&dt_publicacao=23/04/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 151349/MG. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 22 mai. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 maio 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200609142&dt_publicacao=29/05/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 171843/RJ. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 19 jun. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 jun. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200869756&dt_publicacao=22/06/2012>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 860064/PR. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 27 mar. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 ago. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200601250426&dt_publicacao=02/08/2012>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). RMS 34244/SC. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 02 ago. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 ago. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100810703&dt_publicacao=23/08/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no AgRg no AREsp 166290/RJ. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 21 ago. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 ago. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200758273&dt_publicacao=28/08/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 955134/SC. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 16 ago. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 ago. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200701140705&dt_publicacao=29/08/2012>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 132423/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 02 out. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 out. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201103138250&dt_publicacao=08/10/2012>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1244182/PB. Relator(a): Benedito Gonçalves. Julgado em: 10 out. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 out. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100591041&dt_publicacao=19/10/2012>. Acesso em: 4 set. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 988849/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 02 out. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 31 out. 2012.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702239210&dt_publicacao=31/10/2012>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 241163/RS. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 13 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 nov. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202135884&dt_publicacao=20/11/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1324107/SP. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 13 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 nov. 2012.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101817565&dt_publicacao=21/11/2012>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1309422/RJ. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 27 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 dez. 2012.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200127376&dt_publicacao=18/12/2012>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 246944/PR. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 27 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 dez. 2012. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202206382&dt_publicacao=19/12/2012>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1341308/PB. Relator(a): Castro Meira. Julgado em: 18 dez. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 fev. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201813756&dt_publicacao=08/02/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1307514/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 18 dez. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 fev. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102957416&dt_publicacao=08/02/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 163132/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 05 fev. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 fev. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200680135&dt_publicacao=14/02/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1335962/RS. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 05 fev. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 fev. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201563109&dt_publicacao=15/02/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 174768/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 07 fev. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 fev. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200941194&dt_publicacao=18/02/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1341952/SP. Relator(a): Sidnei Beneti. Julgado em: 19 fev. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 fev. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201828564&dt_publicacao=28/02/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 262212/RS. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 19 fev, 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 mar. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202496913&dt_publicacao=07/03/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 18867/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 05 mar. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100884680&dt_publicacao=12/03/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1141232/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 05 mar. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200900965108&dt_publicacao=12/03/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). EREsp 867132/RS. Relator(a): Raul Araújo; relator(a) p/ acórdão: Marco Buzzi. Julgado em: 28 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100412575&dt_publicacao=12/03/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). EREsp 1127721/RS. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira; relator(a) p/ acórdão: Marco Buzzi. Julgado em: 28 nov. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 mar. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000657384&dt_publicacao=13/03/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no AgRg no AREsp 225034/BA. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 21 mar. 2013. **Diário de Justiça**

Eletrônico, 2 abr. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201850596&dt_publicacao=02/04/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1297607/RS. Relator(a):

Sidnei Beneti. Julgado em: 12 mar. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 abr. 2013.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102006867&dt_publicacao=04/04/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Sexta Turma). AgRg no REsp 639544/PR. Relator(a):

Alderita Ramos de Oliveira. Julgado em: 18 abr. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 abr. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400100165&dt_publicacao=29/04/2013>. Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 319763/RS.

Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 11 jun. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 jun. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300868459&dt_publicacao=19/06/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 145803/SE.

Relator(a): Benedito Gonçalves. Julgado em: 18 jun. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 jun. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200196190&dt_publicacao=25/06/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1316895/SP. Relator(a):

Nancy Andrighi; relator(a) p/ acórdão: Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 11 jun. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 jun. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201103010204&dt_publicacao=28/06/2013>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1350804/PR. Relator(a):

Mauro Campbell Marques. Julgado em: 12 jun. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 jun. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201852531&dt_publicacao=28/06/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 252342/CE.

Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 06 ago. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 ago. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202335636&dt_publicacao=14/08/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 291416/PE.

Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 06 ago. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 ago. 2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300285980&dt_publicacao=14/08/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 229843/PR. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 06 ago. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 ago. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201920084&dt_publicacao=15/08/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 279724/CE. Relator(a): Benedito Gonçalves. Julgado em: 15 ago. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 ago. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300021920&dt_publicacao=22/08/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1384418/SC. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 12 jun. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 ago. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300320893&dt_publicacao=30/08/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 615853/RJ. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 17 set. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 set. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402985070&dt_publicacao=03/08/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1387538/RS. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 17 set. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 set. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301584077&dt_publicacao=26/09/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1396107/SP. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 15 out. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 out. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201302497345&dt_publicacao=21/10/2013>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 148421/SP. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 19 set. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 out. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200246306&dt_publicacao=25/10/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1377090/RJ. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 22 out. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 out. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102404866&dt_publicacao=28/10/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 199817/MS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 05 nov. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 nov. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201398627&dt_publicacao=11/11/2013>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 116061/GO. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 05 nov. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 nov. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200042980&dt_publicacao=13/11/2013>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1237415/RJ. Relator(a): Luis Felipe Salomão; relator(a) p/ acórdão: Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 10 set. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100255010&dt_publicacao=22/11/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1068355/PR. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 15 out. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 dez. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801330235&dt_publicacao=06/12/2013>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 394466/PR. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 03 dez. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 dez. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303061028&dt_publicacao=10/12/2013>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1300418/SC. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 13 nov. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 dez. 2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200003929&dt_publicacao=10/12/2013>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1101412/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 11 dez. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200802409466&dt_publicacao=03/02/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1262056/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 11 dez. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 fev. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101100946&dt_publicacao=03/02/2014>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EREsp 1086154/RS. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 20 nov. 2013. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 mar. 2014. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201143931&dt_publicacao=19/03/2014>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 413091/RJ. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 27 mar. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 abr. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303417734&dt_publicacao=09/04/2014>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 430561/RJ. Relator(a): Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 27 mar. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 abr. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303766933&dt_publicacao=09/04/2014>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg nos EDcl no AREsp 85481/RS. Relator(a): Arnaldo Esteves Lima. Julgado em: 06 mai. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 maio 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102051206&dt_publicacao=15/05/2014>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1191862/PR. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 08 mai. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 maio 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000813171&dt_publicacao=22/05/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1360221/SP. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 25 mar. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 jun. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202697785&dt_publicacao=03/06/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no Ag 1423490/MA. Relator(a): Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 05 ago. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 ago. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101598400&dt_publicacao=18/08/2014>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1188315/AM. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 05 ago. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 ago. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000594483&dt_publicacao=18/08/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 541878/SC. Relator(a): Sérgio Kukina. Julgado em: 21 ago. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 set. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401618650&dt_publicacao=01/09/2014>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 549852/RJ. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 07 out. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 out. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401757533&dt_publicacao=14/10/2014>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 790903/RJ. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 07 out. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 out. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200501767769&dt_publicacao=29/10/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 525016/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 23 out. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 nov. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401230743&dt_publicacao=04/11/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 575855/MG. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 23 out. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 nov. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402257537&dt_publicacao=04/11/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1287191/RS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 21 out. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 nov. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200702153080&dt_publicacao=13/11/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1280194/AM. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 25 nov. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 dez. 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101684343&dt_publicacao=02/12/2014>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). EREsp 1097266/PB. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 10 dez. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303279910&dt_publicacao=24/02/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1352227/RN. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 24 fev. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 mar. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202332174&dt_publicacao=02/03/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1513218/RJ. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 10 mar. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 mar. 2015.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403361513&dt_publicacao=13/03/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 286160/CE.

Relator(a): Regina Helena Costa. Julgado em: 28 abr. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 maio 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300126864&dt_publicacao=08/05/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg nos EDcl no REsp

1031108/PR. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 05 mai. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 maio 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800359971&dt_publicacao=19/05/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1280871/SP. Relator(a):

Ricardo Villas Bôas Cueva; relator(a) p/ acórdão: Marco Buzzi. Julgado em: 11 mar. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 maio 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101896590&dt_publicacao=22/05/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1439163/SP. Relator(a):

Ricardo Villas Bôas Cueva; relator(a) p/ acórdão: Marco Buzzi. Julgado em: 11 mar. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 maio 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201400379700&dt_publicacao=22/05/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 525705/SP.

Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 19 mai. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 maio 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401238798&dt_publicacao=25/05/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AgRg no AREsp

611557/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 26 mai. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 jun. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402840050&dt_publicacao=02/06/2015>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 692338/RJ.

Relator(a): Sérgio Kukina. Julgado em: 21 mai. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 jun. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500837510&dt_publicacao=02/06/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1513255/SP. Relator(a): João

Otávio de Noronha. Julgado em: 21 mai. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 jun. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101794044&dt_publicacao=05/06/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1426082/MG. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 02 jun. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 jun. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201304127310&dt_publicacao=10/06/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 672536/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 09 jun. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500470565&dt_publicacao=16/06/2015>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 622897/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 06 ago. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 ago. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403105177&dt_publicacao=20/08/2015>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1473920/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 18 ago. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 ago. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401861045&dt_publicacao=27/08/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 391884/RJ. Relator(a): Sérgio Kukina. Julgado em: 25 ago. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 set. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303090551&dt_publicacao=03/09/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). EDcl no REsp 1503651/SP. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 08 set. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 set. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403052590&dt_publicacao=11/09/2015>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1537795/CE. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 03 set. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 set. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501402097&dt_publicacao=14/09/2015>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). AgRg no AREsp 740896/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 17 set. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 set. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501651860&dt_publicacao=22/09/2015>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 738991/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 22 set. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 set. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501628019&dt_publicacao=25/09/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 754521/SP. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 22 set. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501859666&dt_publicacao=02/10/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1313784/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão; relator(a) p/ acórdão: Marco Buzzi. Julgado em: 12 ago. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200501722&dt_publicacao=06/10/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1407612/SP. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 01 out. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300642096&dt_publicacao=07/10/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1285565/MS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 01 out. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102385955&dt_publicacao=08/10/2015>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1401560/MT. Relator(a): Sérgio Kukina; relator(a) p/ acórdão: Ari Pargendler. Julgado em: 12 fev. 2014. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200985301&dt_publicacao=13/10/2015>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1470906/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 06 out. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401837232&dt_publicacao=15/10/2015>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1211323/MS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 01 out. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 out. 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001628200&dt_publicacao=20/10/2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quinta Turma). AgRg no AREsp 729090/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 27 out. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5

nov. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501433606&dt_publicacao=05/11/2015>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1555853/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 10 nov. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 nov. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502302870&dt_publicacao=16/11/2015>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1422859/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 03 nov. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 nov. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303855101&dt_publicacao=26/11/2015>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 752349/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 24 nov. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 dez. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501853390&dt_publicacao=02/12/2015>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1453838/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 24 nov. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 dez. 2015. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101061650&dt_publicacao=07/12/2015>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no REsp 1546142/SP. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 03 dez. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 dez. 2015. Disponível em:

<<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1473175&tipo=0&nreg=201501846980&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20151214&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AgRg no AREsp 630289/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 15 dez. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 fev. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403192231&dt_publicacao=04/02/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 773448/SP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 15 dez. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 fev. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502121420&dt_publicacao=05/02/2016>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no AREsp 745598/RS. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 17 dez. 2015. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 fev. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501717021&dt_publicacao=05/02/2016>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 789952/SP. Relator(a): Olindo Menezes. Julgado em: 04 fev. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502447020&dt_publicacao=16/02/2016>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1568908/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 18 fev. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 mar. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502982714&dt_publicacao=01/03/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1522083/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 15 mar. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 mar. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500635292&dt_publicacao=28/03/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1323468/DF. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 17 mar. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 mar. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200997063&dt_publicacao=28/03/2016>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 677963/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 17 mar. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500554748&dt_publicacao=01/04/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1179783/MS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 19 abr. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 abr. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201000266744&dt_publicacao=26/04/2016>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1554929/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 26 abr. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 maio 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502247848&dt_publicacao=05/05/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1153402/MG. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 10 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 maio 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200901478950&dt_publicacao=18/05/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1584052/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 10 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 maio 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600391820&dt_publicacao=19/05/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 708688/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 19 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 31 maio 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501017280&dt_publicacao=31/05/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no REsp 1523591/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 24 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500697004&dt_publicacao=01/06/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1548749/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 13 abr. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502004450&dt_publicacao=06/06/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1497769/RN. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 05 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201420830&dt_publicacao=07/06/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 672536/RS. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 18 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500470565&dt_publicacao=15/06/2016>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 758676/RS. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 18 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501951922&dt_publicacao=15/06/2016>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EREsp 1515546/RS. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 18 mai. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 jun. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500284954&dt_publicacao=15/06/2016>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1593410/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 23 jun. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jul.

2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600770520&dt_publicacao=01/07/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1356251/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 02 jun. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jul. 2016.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201202525097&dt_publicacao=01/07/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1334442/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão; relator(a) p/ acórdão: Raul Araújo. Julgado em: 07 jun. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 ago. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201473273&dt_publicacao=22/08/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1551956/SP. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 24 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 24 ago. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502161710&dt_publicacao=06/09/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 746957/RS.

Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 23 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 31 ago. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501754040&dt_publicacao=31/08/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). EREsp 1351420/RS. Relator(a):

Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 24 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 set. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303489262&dt_publicacao=02/09/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AgRg no AREsp 673982/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 23 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 set. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500276930&dt_publicacao=06/09/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 704403/RS.

Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 13 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 set. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500782040&dt_publicacao=19/09/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgRg no AREsp 737063/RS.

Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 13 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 set. 2016. Disponível em:

<<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1537404&tipo=0&nreg=2015>>

01591307&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20160919&formato=PDF&salvar=false
>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1360969/RS. Relator(a): Marco Buzzi; relator(a) p/ acórdão: Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 10 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 set. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300084448&dt_publicacao=19/09/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1361182/RS. Relator(a): Marco Buzzi; relator(a) p/ acórdão: Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 10 ago. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 set. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300087025&dt_publicacao=19/09/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 876731/DF. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 15 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 set. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600562111&dt_publicacao=30/09/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1593412/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 27 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 out. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600770670&dt_publicacao=10/10/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1584428/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 27 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 out. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501419120&dt_publicacao=13/10/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1601439/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 27 set. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 out. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601292776&dt_publicacao=14/10/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 726.491/MS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 09 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 out. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501396795&dt_publicacao=09/11/2016>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1626020/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 08 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600010166&dt_publicacao=14/11/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgInt no AREsp 554675/RJ. Relator(a): Gurgel de Faria. Julgado em: 11 out. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401847581&dt_publicacao=16/11/2016>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1305183/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 18 out. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200089130&dt_publicacao=21/11/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 99413/MG. Relator(a): Gurgel de Faria. Julgado em: 25 out. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102979365&dt_publicacao=25/11/2016>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 731763/DF. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 22 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501496780&dt_publicacao=25/11/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1281594/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 22 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102118907&dt_publicacao=28/11/2016>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AgInt no REsp 1600942/RS. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 22 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601247809&dt_publicacao=12/12/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AgInt no AREsp 714932/RS. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 22 nov. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 dez. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501108606&dt_publicacao=14/12/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 676161/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 01 dez. 2016. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500541710&dt_publicacao=15/12/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EDcl nos EREsp 1564592/RS. Relator(a): Humberto Martins. Julgado em: 07 dez. 2016. **Diário de Justiça**

Eletrônico, 16 dez. 2016. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502782003&dt_publicacao=16/12/2016>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1378521/MS.

Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 02 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 fev. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301097736&dt_publicacao=09/02/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AgInt no REsp 1584031/RS.

Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 02 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 fev. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600389526&dt_publicacao=10/02/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1626836/RS.

Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 07 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 fev. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201602460513&dt_publicacao=14/02/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1250362/RS. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 08 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 fev. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201100930979&dt_publicacao=20/02/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1611415/PR. Relator(a):

Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 21 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 mar. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601694791&dt_publicacao=07/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgInt no REsp 1494755/SC.

Relator(a): Gurgel de Faria. Julgado em: 16 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 mar. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402909390&dt_publicacao=09/03/2017>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 191430/DF.

Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 09 mar. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 mar. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201201261657&dt_publicacao=14/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1608766/SP.

Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 21 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 mar. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601630480&dt_publicacao=15/03/2017>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EAREsp 792409/PE. Relator(a): João Otávio de Noronha. Julgado em: 15 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502529761&dt_publicacao=15/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EREsp 1585124/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 15 mar. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600390579&dt_publicacao=21/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1531597/MG. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 16 mar. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 mar. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501091443&dt_publicacao=28/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg no AREsp 437596/RJ. Relator(a): Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 28 mar. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 abr. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303890564&dt_publicacao=06/04/2017>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1578058/RS. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 18 abr. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600064090&dt_publicacao=28/04/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no REsp 1456716/DF. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 18 abr. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 maio 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401265164&dt_publicacao=10/05/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). REsp 1532514/SP. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 10 mai. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 maio 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501144461&dt_publicacao=17/05/2017>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1316734/RS. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 16 mai. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 maio 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201200630847&dt_publicacao=19/05/2017>. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1602681/ES. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 23 mai. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 jun. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201503204500&dt_publicacao=02/06/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). AgInt nos EREsp 1488800/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 28 jun. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 jun. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402308410&dt_publicacao=30/06/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1543466/SC. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 27 jun. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 ago. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501725552&dt_publicacao=03/08/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1627521/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 08 ago. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 ago. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201602488396&dt_publicacao=15/08/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1656025/RS. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 15 ago. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 ago. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700391367&dt_publicacao=28/08/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1048548/RS. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 22 ago. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 set. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700187492&dt_publicacao=01/09/2017>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 761080/RS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 12 set. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 set. 2017. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501987114&dt_publicacao=26/09/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 763015/SP. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 26 set. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 out. 2017. Disponível em:

<<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1639797&tipo=0&nreg=201501964682&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20171027&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 952730/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 17 out. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 out. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601868241&dt_publicacao=27/10/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1593487/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 17 out. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 out. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600770190&dt_publicacao=27/10/2017>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no AREsp 674288/RS. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 19 out. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 out. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500472020&dt_publicacao=30/10/2017>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1656338/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 09 nov. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700415065&dt_publicacao=23/11/2017>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1645719/RJ. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 21 nov. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401652536&dt_publicacao=29/11/2017>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1167766/ES. Relator(a): Raul Araújo; relator(a) p/ acórdão: Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 16 nov. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 fev. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200902301331&dt_publicacao=01/02/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 1100564/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 20 fev. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701099802&dt_publicacao=26/02/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1664475/SC. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 20 fev. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 fev. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700785381&dt_publicacao=27/02/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1551527/SP. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 27 fev. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar.

2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502085189&dt_publicacao=12/03/2018>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1592493/DF. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 06 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600723441&dt_publicacao=12/03/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1640311/RS. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 06 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 mar. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201603090440&dt_publicacao=12/03/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1704240/RS. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 13 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 mar. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201702698983&dt_publicacao=20/03/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1553013/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 13 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 mar. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502162821&dt_publicacao=20/03/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1589490/RJ. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 15 mar. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 mar. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600594359&dt_publicacao=21/03/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1388973/PB. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 05 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 abr. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301005520&dt_publicacao=11/04/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgRg no AREsp 595703/MG. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 21 fev. 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 abr. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402671777&dt_publicacao=07/03/2017>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgRg nos EDcl no REsp 1148922/RS. Relator(a): Gurgel de Faria. Julgado em: 27 fev. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 abr. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200901338056&dt_publicacao=17/04/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1515395/RS. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 10 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500337341&dt_publicacao=19/04/2018>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1579839/RS. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 10 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600192345&dt_publicacao=23/04/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1290443/SC. Relator(a): Lázaro Guimarães. Julgado em: 19 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102616129&dt_publicacao=25/04/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg no AREsp 94799/RJ. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 17 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102223860&dt_publicacao=25/04/2018>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgRg nos EDcl no AREsp 221572/RJ. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 17 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1699695&tipo=0&nreg=201201787146&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20180425&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1657428/PR. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 15 mai. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 maio 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700469280&dt_publicacao=18/05/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1586988/SE. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 08 mai. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 maio 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600482980&dt_publicacao=21/05/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1378468/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 08 mai. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 maio 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301071490&dt_publicacao=21/05/2018>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1216477/RS. Relator(a): Lázaro Guimarães; relator(a) p/ acórdão: Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 10 abr. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201001902898&dt_publicacao=07/06/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1149320/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 07 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701800081&dt_publicacao=13/06/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1613613/RJ. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 12 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600642870&dt_publicacao=18/06/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1496308/DF. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 21 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1724470&tipo=0&nreg=201402229782&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20180626&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1621370/SP. Relator(a): Lázaro Guimarães. Julgado em: 21 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201602213771&dt_publicacao=29/06/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). EREsp 1280825/RJ. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 27 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201101903977&dt_publicacao=02/08/2018>. Acesso em: 7 maio. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1127461/MG. Relator(a): Lázaro Guimarães. Julgado em: 16 ago. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701575945&dt_publicacao=23/08/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 1276008/AL. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 21 ago. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 ago. 2018. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800825073&dt_publicacao=28/08/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no AREsp 1133804/RN. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 11 set. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 set. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701683699&dt_publicacao=17/09/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1698701/RJ. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 02 out. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 out. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701556885&dt_publicacao=08/10/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1741681/RJ. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 23 out. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 out. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501560410&dt_publicacao=26/10/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1528931/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 13 nov. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500973662&dt_publicacao=20/11/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). AR 4031/RJ. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 27 set. de 2017. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200801746197&dt_publicacao=21/11/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1731635/RS. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 07 jun. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800679258&dt_publicacao=28/11/2018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). EDcl no AgRg no REsp 1560239/RJ. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 03 dez. 2018. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502526792&dt_publicacao=06/12/2018>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EREsp 1523744/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 20 fev. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500703520&dt_publicacao=13/03/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1533743/RS. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 19 mar. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501167625&dt_publicacao=22/03/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1557342/RS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 19 mar. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502396235&dt_publicacao=22/03/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 1340666/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 21 mar. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201801973230&dt_publicacao=27/03/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1566555/RJ. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 28 mar. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201300238156&dt_publicacao=01/04/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1793584/SP. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 02 abr. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900191627&dt_publicacao=05/04/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1793438/SP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 21 mar. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900189310&dt_publicacao=22/04/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1739971/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 23 abr. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700908090&dt_publicacao=26/04/2019>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EREsp 1281594/SP. Relator(a): Benedito Gonçalves; relator(a) p/ acórdão: Felix Fischer. Julgado em: 15 mai. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102118907&dt_publicacao=23/05/2019>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1782672/RJ. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 26 fev. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 maio 2019.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201703230098&dt_publicacao=29/05/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1802027/SP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 14 mai. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 29 maio 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900646053&dt_publicacao=29/05/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1776760/SP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 23 abr. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 maio 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201802867727&dt_publicacao=30/05/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 622503/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 20 fev. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 jun. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403232853&dt_publicacao=11/06/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 738991/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 20 fev. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 jun. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501628019&dt_publicacao=11/06/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 750497/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 20 fev. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 jun. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501812796&dt_publicacao=11/06/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1468748/PE.

Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 25 jun. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jul. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201401737729&dt_publicacao=01/07/2019>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1678210/SP.

Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 01 jul. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 ago. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201502095793&dt_publicacao=02/08/2019>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1658538/SP.

Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 26 ago. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 ago. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700485612&dt_publicacao=30/08/2019>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 595386/DF. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 09 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 set. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402568846&dt_publicacao=12/09/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1542821/DF. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 09 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 12 set. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501678683&dt_publicacao=12/09/2019>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1802493/SP. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 09 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 13 set. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900311391&dt_publicacao=13/09/2019>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1792899/SP. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 23 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 set. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900154343&dt_publicacao=26/09/2019>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1729593/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 25 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 set. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800572039&dt_publicacao=27/09/2019>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1689105/MG. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 out. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701879377&dt_publicacao=02/10/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). REsp 1723519/SP. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 28 ago. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 out. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800234365&dt_publicacao=02/10/2019>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1803650/SP. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 17 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 out. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900737834&dt_publicacao=03/10/2019>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1784842/SP. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 19 set. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 9 out. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201803246491&dt_publicacao=09/10/2019>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AREsp 1521461/RJ. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 03 out. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 out. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901694530&dt_publicacao=11/10/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). AgInt na Rcl 38113/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 09 out. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 out. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901645757&dt_publicacao=15/10/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1826472/PE. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 15 out. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 out. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902048998&dt_publicacao=18/10/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1649729/MT. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 12 nov. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 nov. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201700157692&dt_publicacao=19/11/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EREsp 1533743/RS. Relator(a): Laurita Vaz. Julgado em: 12 nov. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 dez. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501167625&dt_publicacao=05/12/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1800456/SP.

Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 19 nov. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 dez. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900652475&dt_publicacao=06/12/2019>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). AgInt na AR 6562/DF. Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 11 dez. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 dez. 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902629572&dt_publicacao=16/12/2019>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). AgInt na Rcl 38893/SP. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 17 dez. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 dez. 2019.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902728407&dt_publicacao=19/12/2019>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AREsp 1570630/SP. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 12 nov. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 19 dez. 2019.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902513985&dt_publicacao=19/12/2019>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1835618/RS.

Relator(a): Antonio Carlos Ferreira. Julgado em: 18 fev. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 fev. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902580527&dt_publicacao=28/02/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1839337/RJ.

Relator(a): Assusete Magalhães. Julgado em: 20 fev. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 mar. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902829741&dt_publicacao=02/03/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1428611/DF.

Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 11 fev. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 mar. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900077888&dt_publicacao=03/03/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1815281/SP.

Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 03 mar. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 mar. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901430744&dt_publicacao=10/03/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1812571/SP.

Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 10 mar. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 mar. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901271851&dt_publicacao=16/03/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 1454177/RJ.

Relator(a): Assusete Magalhães. Julgado em: 05 mar. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 mar. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900489725&dt_publicacao=17/03/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1801880/SP.

Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 20 abr. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 abr. 2020. Disponível em:

<https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/?documento_tipo=inte

gra&documento_sequencial=108696008®istro_numero=201802023571&peticao_numero=201900557522&publicacao_data=20200423>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EREsp 1389636/SC. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 04 dez. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 maio 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301886213&dt_publicacao=08/05/2020>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EREsp 1389636/SC. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 04 dez. 2019. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 maio 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301886213&dt_publicacao=08/05/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no AREsp 945458/SP. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 25 mai. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201601733230&dt_publicacao=28/05/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 1352120/DF. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 01 jun. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201802178195&dt_publicacao=04/06/2020>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1854195/SP. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 22 jun. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903777991&dt_publicacao=26/06/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1849360/SP. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 29 jun. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903452771&dt_publicacao=01/07/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1788596/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 04 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800726669&dt_publicacao=07/08/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1812518/SE. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 29 jun. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901264950&dt_publicacao=21/08/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1378049/SE. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 10 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201802626020&dt_publicacao=26/08/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1864915/SP. Relator(a): Moura Ribeiro. Julgado em: 24 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000494290&dt_publicacao=27/08/2020>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EREsp 1411420/DF. Relator(a): Nancy Andrichi. Julgado em: 03 jun. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201303490836&dt_publicacao=27/08/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1803720/DF. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 24 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 1 set. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900742397&dt_publicacao=01/09/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no REsp 1854792/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 31 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 set. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903824811&dt_publicacao=03/09/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1866272/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 31 ago. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 8 set. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000589151&dt_publicacao=08/09/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1871018/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 14 set. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000894942&dt_publicacao=21/09/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). ProAfR no REsp 1852691/PB. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 15 set. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 set. 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903681539&dt_publicacao=22/09/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Seção). ProAfR no REsp 1860018/RJ. Relator(a): Mauro Campbell Marques. Julgado em: 15 set. 2020. **Diário de Justiça**

Eletrônico, 22 set. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902714432&dt_publicacao=22/09/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no AREsp 1657021/SP. Relator(a): Marco Buzzi. Julgado em: 21 set. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 24 set. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000234600&dt_publicacao=24/09/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1816241/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 28 set. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 set. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901484678&dt_publicacao=30/09/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). REsp 1755340/RJ. Relator(a): Herman Benjamin. Julgado em: 10 mar. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 5 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201801677168&dt_publicacao=05/10/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1823284/SP. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 13 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 15 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201702244500&dt_publicacao=15/10/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 1679887/SP. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 06 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 16 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000622182&dt_publicacao=16/10/2020>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 980811/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 19 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201602386736&dt_publicacao=22/10/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 1602402/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 19 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 22 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903089257&dt_publicacao=22/10/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgInt no AREsp 1275895/RJ. Relator(a): Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 19 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 23 out. 2020. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800826754&dt_publicacao=23/10/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no REsp 1850724/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 26 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 28 out. 2020. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903544082&dt_publicacao=28/10/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Primeira Turma). AgInt no REsp 1812326/RS. Relator(a): Gurgel de Faria. Julgado em: 26 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 nov. 2020. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901247859&dt_publicacao=26/11/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). AgInt no AREsp 1332974/SP. Relator(a): Assusete Magalhães. Julgado em: 30 nov. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 dez. 2020. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201801849379&dt_publicacao=02/12/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no AREsp 681359/RS. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 07 dez. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 dez. 2020. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500626131&dt_publicacao=11/12/2020>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Turma). EDcl no AgInt no AREsp 1602402/RJ. Relator(a): Francisco Falcão. Julgado em: 16 dez. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 18 dez. 2020. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903089257&dt_publicacao=18/12/2020>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1854120/PR. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 09 fev. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 11 fev. 2021. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903776791&dt_publicacao=11/02/2021>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no REsp 1881300/SP. Relator(a): Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 01 mar. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 3 mar. 2021. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202001554647&dt_publicacao=03/03/2021>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt nos EDcl no REsp 1881564/SP. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 08 mar. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 mar. 2021. Disponível em:
<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202001564681&dt_publicacao=26/03/2021>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1863007/SP. Relator(a): Nancy Andrighi. Julgado em: 23 mar. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000421006&dt_publicacao=26/03/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 600663/RS. Relator(a): Maria Thereza De Assis Moura; relator(a) p/ acórdão: Herman Benjamin. Julgado em: 21 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201402707973&dt_publicacao=30/03/2021>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 622897/RS. Relator(a): Raul Araújo; relator(a) p/ acórdão: Herman Benjamin. Julgado em: 21 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403105177&dt_publicacao=30/03/2021>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 622897/RS. Relator(a): Raul Araújo; relator(a) p/ acórdão: Herman Benjamin. Julgado em: 21 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403105177&dt_publicacao=30/03/2021>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 676608/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 21 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500497769&dt_publicacao=30/03/2021>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). EAREsp 676608/RS. Relator(a): Og Fernandes. Julgado em: 21 out. 2020. **Diário de Justiça Eletrônico**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500497769&dt_publicacao=30/03/2021>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). AgInt no REsp 1759188/DF. Relator(a): Maria Isabel Gallotti. Julgado em: 29 mar. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201802001508&dt_publicacao=06/04/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Segunda Seção). AgInt nos EREsp 1533276/MG. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 20 abr. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201500759437&dt_publicacao=26/04/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Corte Especial). AgInt nos EAREsp 753765/RS. Relator(a): Raul Araújo. Julgado em: 25 mai. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 2 jun.

2021. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201501861049&dt_publicacao=02/06/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Quarta Turma). REsp 1699013/DF. Relator(a): Luis Felipe Salomão. Julgado em: 04 mai. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 4 jun. 2021.

Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701072392&dt_publicacao=04/06/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). REsp 1817576/RS. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 01 jun. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 10 jun. 2021. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201901454716&dt_publicacao=10/06/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt nos EDcl no AREsp 1551107/SP. Relator(a): Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 01 jun. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 17 jun. 2021. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201902264920&dt_publicacao=17/06/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (Terceira Turma). AgInt no AREsp 1702672/GO. Relator(a): Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em: 22 jun. 2021. **Diário de Justiça Eletrônico**, 25 jun. 2021. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202001122263&dt_publicacao=25/06/2021>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 7**. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Disponível em:

<http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 403**. Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014_38_capSumula403.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 322**. A Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 412**. A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 543**. A Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador -

integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento. Disponível em: <[https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%27543%27\).sub](https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27543%27).sub)>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 547**. Nas ações em que se pleiteia o ressarcimento dos valores pagos a título de participação financeira do consumidor no custeio de construção de rede elétrica, o prazo prescricional é de vinte anos na vigência do Código Civil de 1916. Na vigência do Código Civil de 2002, o prazo é de cinco anos se houver previsão contratual de ressarcimento e de três anos na ausência de cláusula nesse sentido, observada a regra de transição disciplinada em seu art. 2.028. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BURROWS, Andrew S. **A Restatement of the English Law of Unjust Enrichment**. Oxford, Oxford University Press, 2012.

CAMPOS, Diogo Leite De. **A subsidiariedade da obrigação de restituir o enriquecimento**. Coimbra: Almedina, 1974.

CAMPOS, Diogo Leite De. O enriquecimento sem causa em direito brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Comparado**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 3–22, 2002.

CAPUCHO, Fábio Jun. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito Privado**, v. 16, p. 9–27, 2003.

CARBONE, June. Back to the Future: Intellectual Property and the Rediscovery of Property Rights – and Wrongs. **St. Louis University Law Journal**, v. 46, p. 629–654, 2002.

CERVEIRA, Fernanda Pessôa. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA: DA LEGISLAÇÃO CIVIL ATUAL AO NOVO CÓDIGO CIVIL. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito do Consumidor**, v. 44, p. 141–167, 2002.

DAWSON, John P. THE GENERAL CLAUSES, VIEWED FROM A DISTANCE. **Rabels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht / The Rabel Journal of Comparative and International Private Law**, v. 41, n. 3, p. 441–456, 1977.

DIAS, Eduardo Rocha; Gabriel Barroso FORTES. RESPONSABILIDADE CIVIL, DANOS EXTRAPATRIMONIAIS E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito do Consumidor**, v. 104, 2016.

DEUTSCHLAND. **BGB. Bürgerliches Gesetzbuch**. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/BJNR001950896.html#>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

DOMAT, Jean. **Les Loix civiles dans leur ordre naturel**. Paris: J. B. Coignard, 1689. v. 1. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3103451>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

DRAGO, Guilherme Araujo. O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO NOVO CÓDIGO CIVIL: A DELIMITAÇÃO DO ART. 884. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito Privado**, v. 48, p. 69–101, 2011.

DUKE, Arlen. The Knowing Receipt “Knowledge” Requirement and Restitution’s “Good Faith” Change of Position Defence: Two Sides of the Same Coin? p. 32, 2010.

FRANCE. **Code civil**. Disponível em:

<<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006070721/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FRANCE. **Ordonnance n° 2016-131 du 10 février 2016 portant réforme du droit des contrats, du régime général et de la preuve des obligations**. Disponível em:

<<https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000032004939/>>. Acesso em: 08 dec. 2021.

FRIEDMANN, Daniel. Restitution for Wrongs: The Measure of Recovery Symposium: Restitution and Unjust Enrichment. **Texas Law Review**, v. 79, n. 7, p. 1879–1926, 2001 2000.

FROTA, José Eduardo da Rocha. AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Processo**, v. 36, p. 43–78, 1984.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume II: obrigações**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GALLETTI, Shida; Charles MITCHELL. Arricchimento Senza Causa: A Comparative Introduction. **Restitution Law Review**, v. 23, p. 1–20, 2015.

GALLO, Paolo. Unjust Enrichment: A Comparative Analysis. **American Journal of Comparative Law**, v. 40, n. 2, p. 431–466, 1992.

GALLO, Paolo. Arricchimento senza causa. In: SACCO, Rodolfo (Ed.). **Digesto delle discipline privatistiche. Sezione civile. Aggiornamento VI**. Milano: Utet Giuridica, 2012. p. 99–113.

GALLO, Paolo. Remedies for Unjust Enrichment in the History of Italian Law and in the Codice Civile. In: SCHRAGE, Eltjo J. H. (Ed.). **Unjust Enrichment. The Comparative Legal History of the Law of Restitution**. Comparative Studies in Continental and Anglo-American Legal History. 2. ed. Berlin: Duncker & Humblot, 2013. v. 15p. 275–288.

GALLO, Paolo. Arricchimento senza causa. In: SACCO, Rodolfo (Ed.). **Digesto delle discipline privatistiche. Sezione civile. Aggiornamento XII**. Milano: Utet Giuridica, 2019. p. 13–21.

GOMES, Orlando. **Obrigações**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GORDLEY, J. The Moral Foundations of Private Law. **The American Journal of Jurisprudence**, v. 47, n. 1, p. 1–24, 2002.

GORDLEY, James. The Purpose of Awarding Restitutionary Damages: A Reply to Professor Weinrib. **Theoretical Inquiries in Law**, v. 1, n. 1, 16 jan. 2001.

ITALIA. **Regio decreto 16 marzo 1942, n. 262**. Approvazione del testo del Codice civile. Disponível em: <<https://www.gazzettaufficiale.it/dettaglio/codici/codiceCivile>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KONDER, Carlos Nelson. Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção. **RDCC**, v. 13, p. 231–248, 2017.

KONDER, Carlos Nelson. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido. In: TEPEDINO, Gustavo. **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro, Renovar, p. 369-398, 2005.

KONDER, Carlos Nelson; Patrick SAAR. A relativização do duplo limite e da subsidiariedade nas ações por enriquecimento sem causa. In: **TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coords.). Da dogmática à efetividade do direito civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCivil**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 147–156.

KROETZ, Maria Candida do Amaral. **ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E RECOMPOSIÇÃO PATRIMONIAL**. Tese de doutorado.—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes. O enriquecimento sem causa no novo código civil brasileiro. **Revista do CEJ: Centro de Estudos Judiciários Brasília, conselho de justiça federal**, v. 25, p. 24–33, 2004.

LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes. **O enriquecimento sem causa no direito civil**. Coimbra: Almedina, 2005.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil: fontes acontratuais das obrigações – responsabilidade civil**. 2. ed., v. 5. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1962.

MÄCHTEL, Florian. The Defence of “Change of Position” in English and German Law of Unjust Enrichment. **German Law Journal**, v. 5, n. 1, p. 23–46, jan. 2004.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 93, n. 0, p. 115, 1 jan. 1998.

MARQUES, Claudia Lima. Boa-fé nos serviços bancários, financeiros de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e renegociação? **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 22, p. 47–83, 2002.

MARTINS, Fernando Rodrigues. Gestão de negócios: fonte da obrigação como dever de ajuda humana. In: TEPEDINO, Gustavo. **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. São Paulo, Atlas, p. 808-848, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. Cláusulas Gerais: Um Ensaio de Qualificação. Em: FONTOURA COSTA, José Augusto; ANDRADE, José Maria Arruda de; MATSUO, Alexandra Mert Hansen (Orgs.). **Direito: Teoria e Experiência: Estudos em Homenagem a Eros Grau**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013. v. 1, p. 993–1021.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**: critérios para a sua aplicação. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. A linguagem da responsabilidade civil. Em: **BIANCHI, José Flávio; MENDONÇA PINHEIRO, Rodrigo Gomes de; ARRUDA ALVIM, Teresa (Coords.). Jurisdição e Direito Privado: Estudos em homenagem aos 20 anos da Ministra Nancy Andrighi no STJ**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 389–418.

MARTINS-COSTA, Judith; Paula COSTA E SILVA. **Crise e perturbações no cumprimento da prestação: estudo de direito comparado luso-brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

MARTINS-COSTA, Judith; HAICAL, Gustavo Luís da Cruz. PARECER. CONTRATO DE CORRETAGEM IMOBILIÁRIA. ELEMENTOS DE EXISTÊNCIA VALIDADE E EFICÁCIA. USOS DO SETOR. CONTATO SOCIAL DE CONSUMO. DEVER DE INFORMAR. VENDA CASADA E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. PAGAMENTO INDEVIDO DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. **Revista dos Tribunais Online**, v. 966, p. 261–303, 2016.

MARTINS-COSTA, Judith; PARGENDLER; Mariana Souza. Usos e abusos da função punitiva (punitive damages e o Direito brasileiro). **Revista CEJ**, n. 28, p. 15–32, 2005.

MENKE, Fabiano. A interpretação das cláusulas gerais: a subsunção e a concreção dos conceitos. **Revista da Ajuris**, v. 103, p. 69–94, 2006.

MCKENDRICK, Ewan. Taxonomy: does it matter? In: JOHNSTON, David; ZIMMERMANN, Reinhard (Eds.). **Unjustified Enrichment: Key Issues in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 627–657.

MELO, Diogo Leonardo Machado de. Pagamento indevido. In: TEPEDINO, Gustavo. **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. São Paulo, Atlas, p. 849-871, 2011.

MICHELON JR., Cláudio. **Direito Restitutivo: enriquecimento sem causa, pagamento indevido, gestão de negócios**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MICHELON JR., Cláudio. O enriquecimento sem causa no Código Civil brasileiro. In: TEPEDINO, Gustavo. **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. São Paulo, Atlas, p. 872-901, 2011.

MIRAGEM, Bruno. PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DO CONSUMIDOR E SUA INSERÇÃO NAS CATEGORIAS GERAIS DO DIREITO PRIVADO COMENTÁRIO

À SÚMULA 322 DO STJ. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito do Consumidor**, v. 79, p. 385–402, 2011.

MIRANDA, Pontes De. **Tratado de Direito Privado. Tomo XXVI**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MOREIRA, Mario Thiago. **A SUBSIDIARIEDADE DA NORMA DE VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002: RELEITURA E NOVOS LIMITES**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil)—São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2014.

MOTA, Mauricio Jorge Pereira Da. O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-COMPARADA / THE UNJUST ENRICHMENT: A HISTORICAL AND COMPARATIVE ANALYSIS. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, v. 4, n. 1, p. 161–188, 1 abr. 2011.

NANNI, Giovanni Ettore. **Enriquecimento sem causa**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NEVES, José Roberto de Castro. O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO FONTE DE OBRIGAÇÕES. **Revista dos Tribunais Online, Revista dos Tribunais**, v. 843, p. 97–112, 2006.

NORONHA, Fernando. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. **Revista dos Tribunais Online, Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**, v. 1, p. 1085–1122, 2011.

PLANIOL, Marcel. **Traité élémentaire de droit civil conforme aux programme officiel des facultés de droit. Tome deuxième**. 9. ed. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1923.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 47344**. Código Civil. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

POTHIER, Robert-Joseph. **Traité des obligations**. In: **Oeuvres de Pothier**. 9. ed. Paris: Béchet aîné, 1824. v. 1. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6487441v>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

RIBEIRO, Joaquim de Sousa. **O problema do contrato: as cláusulas contratuais gerais e o princípio da liberdade contratual**. Coimbra, Editora Almedina, 1999.

ROSENVALD, Nelson. **A responsabilidade civil pelo ilícito lucrativo**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

SALGADO, Bernardo; Dan GUERCHON; Leonardo FAJNGOLD. Lucro da intervenção: a disciplina e os julgamentos pioneiros no Superior Tribunal de Justiça. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 21, n. 02, 2019.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Princípio da Reparação Integral**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTANA, Héctor Valverde. PAGAMENTO DE COMISSÃO DE CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA DE IMÓVEL: OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito do Consumidor**, v. 91, p. 141–165, 2014.

SAVI, Sérgio. **Responsabilidade Civil e Enriquecimento sem Causa: O Lucro da Intervenção**. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHILLER, Cristiano O. S. B. O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO CONTEXTO DA TEORIA DO FATO JURÍDICO. **Revista dos Tribunais Online, Revista de Direito Privado**, v. 71, p. 279–292, 2016.

SCHLATTER, Caroline. **A prescrição da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa conforme o STJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189867/001086100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SCHLATTER, Caroline. Enriquecimento sem causa: uma análise comparativa entre direito brasileiro, alemão e inglês. In: ODY, Lisiane Feiten Wingert (org.). **Direito comparado Alemanha-Brasil: temas de direito privado em estudos originais e traduzidos** Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2021. p. 271-298.

SCOTLAND. **Scotland Act 1998**. Disponível em: <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1998/46/contents>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, Luis Renato Ferreira Da. **Reciprocidade e contrato: a teoria da causa e sua aplicação nos contratos e nas relações “paracontratuais”**. 1ª edição ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SILVA, Rodrigo da Guia. **Enriquecimento sem causa: as obrigações restitutórias no direito civil**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

SMITH, Henry. The Principle of Unjust Enrichment in English and German Law Joshua Williams Memorial Essay. **Otago Law Review**, v. 9, n. 1, p. 144–171, 1997.

SMITH, Lionel. Property, subsidiarity and unjust enrichment. In: JOHNSTON, David; ZIMMERMANN, Reinhard (Eds.). **Unjustified Enrichment: Key Issues in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 588–624.

SOUZA, Eduardo Nunes. Merecimento de tutela: a nova fronteira da legalidade no direito civil. **Revista de Direito Privado, São Paulo**, v. 58, p. 73–106, 2014.

TERRA, Aline De Miranda Valverde. Privação do uso: dano ou enriquecimento por intervenção? **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí**, v. 9, n. 3, p. 1620–1644, 2014.

TERRA, Aline De Miranda Valverde; Gisela Sampaio da Cruz GUEDES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXCLUSÃO DO LUCRO ILÍCITO DO PATRIMÔNIO

DO AGENTE OFENSOR. **RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 0, n. 28, p. 1–24, 23 dez. 2015.

TERRÉ, François; Yves LEQUETTE. **arrêt boudier**. Disponível em: <https://actu.dalloz-etudiant.fr/fileadmin/contenu_fiches/Prive/Droit_et_morale/GAJCReq15juin1892n__239.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Court of Appeals (Ninth Circuit). **Midler v. Ford Motor Company**. Julgado em: 22 jun. 1988. Federal Reporter, Second Series, 849 F.2d 460. Disponível em: <<https://openjurist.org/849/f2d/460>>. Acesso em: 19 out. 2021.

VON CAEMMERER, Ernst. Problèmes fondamentaux de l'enrichissement sans cause. **Revue internationale de droit comparé**, v. 18, n. 3, p. 573–592, 1966.

WHITTY, Niall R. Rationality, nationality and the taxonomy of unjustified enrichment. In: JOHNSTON, David; ZIMMERMANN, Reinhard (Eds.). **Unjustified Enrichment: Key Issues in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 658–729.

ZIFF, Bruce. The Great Onyx Cave Cases - A Micro-History. **SSRN Electronic Journal**, 2012.

ZIMMERMANN, Reinhard. Unjustified Enrichment: The Modern Civilian Approach. **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 15, n. 3, p. 403–430, 1995.